

UMA ESPECTROGRAFIA DO AUTORITARISMO: O TEMPO DA DITADURA NA LITERATURA DO SÉCULO XXI (2000-2020)

Lua Gill da Cruz¹ 

Resumo: Narrar um período histórico é sempre contingente a questões políticas, sociais, históricas, culturais e temporais. No caso de um período histórico recente como as ditaduras do Cone Sul do século XX e, em especial, a ditadura brasileira de 1964 a 1985, “o que foi” (ou o que é) ainda está em disputa. A história do passado é reconstruída no presente quando recuperamos, reacendemos, reincorporamos e mesmo modificamos o modo de ver, de contar e de dizer. Este artigo pretende apresentar e situar histórica, social, literária e temporalmente a catalogação da produção de narrativas literárias longas em que as ditaduras militares brasileiras e do Cone Sul são recuperadas e reconstruídas literariamente, no século XXI, bem como sua relação formal, estética e temática com o período em questão. Também se dedicará a pensar como a obra de Bernardo Kucinski pode ser lida a partir dos deslocamentos temporais que opera e da relação com as diferentes temporalidades em que se situa da justiça, da memória e da história.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Ditaduras militares. Bernardo Kucinski.

A SPECTROGRAPHY OF AUTHORITARIANISM: THE TIME OF DICTATORSHIP IN 21ST CENTURY LITERATURE (2000-2020)

Abstract: Narrating a historical period is always contingent upon political, social, historical, cultural, and temporal matters. When it comes to the 20th-century dictatorships in South America’s Southern Cone and particularly the Brazilian Dictatorship of 1964-1985, that “what was” (or “what is”) is still being produced. The history of the past is reconstructed in the present when we recover, rekindle, reincorporate, and even modify the way of seeing, telling and saying. This article aims to present and situate historically, socially, literarily, and temporally the cataloguing of the production of long literary narratives in which the Brazilian and Southern Cone military dictatorships are literarily recovered and reconstructed in the 21st century, as well as their formal, aesthetic, and thematic relationship with the period in question. It also aims to discuss how Bernardo Kucinski's work can be read from the temporal displacements it operates and the relationship with the different temporalities of justice, memory and history in which it is set.

Keywords: Contemporary Brazilian literature. Military dictatorships. Bernardo Kucinski.

UNA ESPECTROGRAFÍA DEL AUTORITARISMO: EL TIEMPO DE LA DITADURA EN LA LITERATURA DEL SIGLO XXI (2000-2020)

Resumen: Narrar un período histórico depende de cuestiones políticas, sociales, históricas, culturales y temporales. Tratándose de un período histórico reciente como las dictaduras del Cono Sur del siglo XX y, en particular, la dictadura brasileña de 1964 a 1985, “lo que fue” (o lo que es) sigue en disputa. La historia del pasado se reconstruye en el presente cuando recuperamos, reavivamos, reincorporamos e incluso modificamos la forma de ver, contar y decir. Este artículo pretende presentar y situar histórica, social, literaria y temporalmente la catalogación de la producción de narrativas literarias largas en las que se recuperan y reconstruyen literariamente las dictaduras militares brasileñas y el Cono Sur, en el siglo XXI, así como sus relaciones formales, estéticas y temáticas con el período en cuestión. También se dedicará a pensar cómo se puede leer

¹ É leitora de língua portuguesa, literatura e cultura brasileira na Universidad de Chile, no âmbito do programa Leitorado do Ministério das Relações Exteriores e CAPES. É doutora e mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi *Visiting Scholar* no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University durante o doutorado. E-mail para contato: luagillc@gmail.com.

la obra de Bernardo Kucinski desde los desplazamientos temporales que opera y la relación con las distintas temporalidades en las que se ubica, de la justicia, la memoria y la historia.

Palabras clave: Literatura brasileira contemporânea. Ditaduras militares. Bernardo Kucinski.

“Que o presente e o passado se misturam, não há novidade [...] Que se perca o limite entre ambos é uma outra história”
Fernando Bonassi – *Prova contrária* (2005)

“O conhecimento existe apenas em lampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo”
Walter Benjamin – *Passagens* (1982)

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”
Karl Marx - *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1952)

Em 2010, Dilma Rousseff disputava pela primeira vez a presidência da República.² Poucos meses antes das eleições, a sua fotografia estampava a capa da Revista Época com a reportagem intitulada: “O passado de Dilma”. Nela constam fotografias da jovem ex-guerrilheira e a tendenciosa suposta revelação de “documentos inéditos [que] revelam uma história que ela não gosta de lembrar”. É também nesta época que se descobre uma imagem perdida no tempo, publicada pela primeira vez em 1970, mas, em decorrência das eleições, não divulgada. Só é revelada em 2011, depois de assumir o cargo da presidência: se trata da agora tão reconhecida fotografia em que Dilma, com apenas 22 anos de idade, está diante dos seus perpetradores no tribunal da Justiça Militar, depois de passar por sessões de tortura. Poucos anos depois, após o primeiro mandato e após a Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV), instituída pela própria ex-guerrilheira, a fotografia é então recuperada para o seu uso político.

As imagens dos arquivos do período da ditadura – e aquelas utilizadas “negativamente” na reportagem da Revista Época de 2010 – tornam-se, em 2014, públicas, difundidas e centrais no imaginário de *slogan* de campanha “Dilma, coração valente”, apresentado então ao povo brasileiro que, assim mesmo ou apesar disso, a relegerá. Gostaria de iniciar esse texto pensando, portanto, nos deslocamentos dos

² Este texto trata de um recorte de um capítulo da tese de doutorado intitulada “Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI”, defendido na Universidade Estadual de Campinas, no programa de Teoria e História Literária, sob orientação de Márcio Orlando Seligmann-Silva, em agosto de 2021, e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), projeto número 2017/06026-2.

arquivos, da história e das imagens ao longo do tempo, e nas possibilidades da recriação de enquadramentos (e de olhares) possíveis sobre a ditadura. Ou seja, pensar como, ao longo dos anos, modificamos a forma como vemos e como contamos essa história. Se observamos o exemplo acima, o tempo modifica radicalmente a forma como se apresenta, como se recebe e como se vê essa história.

Como afirma Walter Benjamin, em *Passagens*, o “índice histórico das imagens” não diz respeito apenas ao pertencimento a uma determinada época, mas sobretudo à possibilidade de leitura dessas imagens nessa determinada época. Isso quer dizer que o presente seria determinado pela sincronicidade das suas imagens, e no qual “a verdade está carregada de tempo” (BENJAMIN, 2009, p. 504). Contrário a uma lógica positivista e teleológica e renunciando à história como mimese da realidade, o filósofo relaciona história, verdade e tempo, nas suas conhecidas teses *Sobre o conceito da história*, nas quais “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1995, p. 224). Não há, portanto, uma imagem “autêntica do passado”, mas a tarefa de “escovar a história a contrapelo”, sobre a qual Benjamin (1995, p. 225) pensa, se articula no presente a partir das políticas do agora. Impele-nos à memória que se opõe à negação e que propõe virar-se para aqueles que foram abandonados, esquecidos no passado.

Narrar um período histórico é, portanto, sempre contingente a questões políticas, sociais, históricas, culturais e temporais. No caso de um período histórico recente como as ditaduras do Cone Sul do século XX e, em especial, a ditadura brasileira de 1964 a 1985, “o que foi” (ou o que é) ainda está em disputa. A história do passado é reconstruída no presente quando recuperamos, reacendemos, reincorporamos e mesmo modificamos o modo de ver, de contar e de dizer. Se é verdade que, no caso do Brasil, a disputa dos sentidos sobre o período de 1964 a 1985 sempre ocorreu – a exemplo da sua nomeação inaugural: revolução, movimento ou golpe –, o debate foi se modificando e sendo modificado ao longo do tempo.

Nos últimos anos, especialmente, o país passou pelo lançamento e apresentação do relatório final da sua Comissão Nacional da Verdade, em que se denunciavam violações graves cometidas pelo Estado brasileiro – tortura, assassinato, desaparecimento e censura –, até a eleição para presidente de um entusiasta homenageador de torturadores reconhecidos pela Justiça. Contar essa história sempre foi, portanto, dependente dos

contextos e dos momentos de crise em que se situava: institucionais, políticos, econômicos e culturais. Nunca estiveram fixados, terminados, completos, e nunca estarão. Importa, entretanto, quem fala, em que contexto o faz e a quem se dirige, o que se conta e o que se testemunha, quem escuta e o que escuta e, ainda, em que enquadramentos políticos sociais e culturais se situam esses relatos (SELIGMANN-SILVA, 2000; JELIN, 2017). O passado aparece no presente e depende dele para ser recuperado, via rememoração, história e ficção e este presente é marcado e coexistido por outras temporalidades que se entrecruzam e se modificam: os tempos do trauma, da justiça, da memória, da política, da produção artística.

São vários os atores individuais e coletivos, institucionais ou não, que atuam na construção da memória. A arte, como fenômeno social, também lida e responde aos momentos históricos, modificando-os e sendo modificada por eles. Funciona como um dos “empreendedores de memória” da ditadura, como define Jelin (2002). Ainda que não apresente um discurso monolítico ou homogêneo sobre o passado, as produções culturais apresentam enquadramentos possíveis; encaram as tensões constantes de um passado ainda não resolvido no presente, lembrando e disputando o que foi/é ora esquecido, ora diminuído ou apagado, ou ainda negado; inserem-se em um contexto amplo de inscrição do trauma e do trabalho coletivo de memória e enfrentam a necessidade da elaboração traumática. As elaborações artísticas, assim como a história, a memória e as formas de apresentação do passado são campos em disputa que mostram, portanto, que não só importa o que se lembra, mas, principalmente, como os acontecimentos são lembrados e, conseqüentemente, como são contados. Voltam, nos termos de Saraceni (2008, p. 26), *hacia* atrás, não para uma recuperação dos *feitos* na sua lealdade documental e cronológica, mas para uma aproximação do conteúdo afetivo, emocional e subjetivo que envolve a formulação estética e literária da experiência do passado, assim como trabalha de forma a criar linguagens poéticas capazes de estruturar uma perspectiva própria, crítica e política, que passa ao largo do tempo da história oficial.

A partir dessas premissas, tentarei apresentar e situar historicamente a produção literária contemporânea, em romances e narrativas literárias longas escritos após o ano 2000, com um distanciamento temporal de trinta e cinco anos ou mais do golpe militar, e a sua relação formal, estética e temática com o período em questão, em primeiro lugar, mas também com as ditaduras do Cone Sul, em geral. Como demonstrarei, houve um

*boom*³ na produção sobre a temática, principalmente na última década, podemos dizer, desde 2014, como veremos adiante – o que também estendeu a outras produções artísticas, como cinema e artes visuais. Tais obras foram escritas e publicadas no contexto do debate nacional sobre as ditaduras e apresentam perspectivas que jogam luz sobre o contexto autoritário nacional e latino-americano. São obras em que as ditaduras figuram como aspecto central ou importante na temática ou na forma, isto é, a repressão, o trauma e o autoritarismo ditatorial marcam e modificam as experiências de autores, narradores e personagens, bem como o próprio fazer literário.

Assim, não se trata apenas de apresentar a literatura *sobre* o período, mas de entender quando, por quem e como as ditaduras são contadas na literatura contemporânea, como marcam as vivências, os corpos e as escritas contemporâneas e de que forma se inscrevem, muitas vezes espectralmente, neste século. Como, a partir do presente – e das contradições do seu tempo –, o passado é lido e que legado se dirige às novas gerações. Aqui, as obras são entendidas como enquadramentos recentes de um período histórico que tem o autoritarismo como a base dessa inscrição. Se separadamente trazem as suas próprias perspectivas, quando as juntamos em uma espécie de álbum, se constituirão como uma certa espectrografia do autoritarismo – parto do termo utilizado por Vecchi e Dalcastagnè de “espectrografia do passado” (2014), ou seja, não se apresenta o desenho exato, ou a forma precisa de cada um deles, mas um conjunto de grandes feixes, traços e tendências marcantes. Uma espectrografia vista a partir do *corpus* literário desde o presente, para aproximar-se de um passado múltiplo, diverso.

Vale observar: a literatura catalogada aqui totaliza quase vinte anos de produção literária e, portanto, são livros escritos, publicados e recebidos pela crítica em diferentes temporalidades da vida pública e histórica. Se é verdade que em apenas quatro anos de distância, de 2014 a 2018, desde a entrega do relatório final da CNV, tivemos uma mudança drástica de contexto político, econômico e cultural, ao analisarmos os últimos 20 anos modifica-se substancialmente o contexto de cada uma dessas obras e os tipos de diálogos que querem produzir, aspecto que discutiremos a seguir. Para esta pesquisa, serão aqui apresentadas as 82 narrativas literárias longas que foram encontradas e

³ Não se trata aqui, entretanto, de um “*boom da memória*”, nos termos de Jay Winter (2006), pois o autor debate um contexto específico, uma espécie de virada memorial que acontece entre os anos 1980 e 1990 e que insere a memória e o testemunho no centro de debates amplos e internacionais. Naquele momento houve uma mobilização ampla da sociedade em torno da temática.

catalogadas no anexo I abaixo: livros escritos entre os anos de 2002 e 2020, por 65 autores diferentes e publicados por mais de 49 editoras⁴.

LISTAGEM DE NARRATIVAS LITERÁRIAS LONGAS (2000-2020)

| ANO | LIVRO | AUTORES | EDITORAS |
|------|--|--------------------------|--|
| 2002 | <i>A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas</i> | Maria José Silveira | Globo |
| | <i>Diário do farol</i> | João Ubaldo Ribeiro | Nova fronteira |
| 2003 | <i>O beijo da morte</i> | Ana Lee e Carlos Cony | Objetiva |
| 2004 | <i>Prova contrária</i> | Fernando Bonassi | Objetiva |
| | <i>Na teia do sol</i> | Menalton Braff | Planeta |
| | <i>Não falei</i> | Beatriz Bracher | Editora 34 |
| | <i>O Fantasma de Luis Buñuel</i> | Maria José Silveira | Francis, ZLF |
| 2005 | <i>As netas da Ema</i> | Eugenia Zerbini | Record |
| | <i>Cinzas do norte</i> | Milton Hatoum | Companhia das Letras |
| 2006 | <i>História natural da ditadura</i> | Teixeira Coelho | Illuminuras |
| 2007 | <i>A chave de casa</i> | Tatiana Salem Levy | Record |
| 2008 | <i>Solidão calcinada</i> | Barbara Lia | Secretaria do Estado da Cultura |
| 2009 | <i>Soledad no Recife</i> | Urariano Mota | Boitempo |
| 2010 | <i>Azul-corvo</i> | Adriana Lisboa | Rocco |
| | <i>O punho e a renda</i> | Edgard Telles Ribeiro | Record |
| | <i>Nem tudo é silêncio</i> | Sonia Regina Bischain | Sarau da Brasa |
| 2011 | <i>K. – relato de uma busca</i> | Bernardo Kucinski | Expressão Popular, Cosac Naify, Companhia das Letras |
| | <i>Se eu olhar pra trás</i> | Ademir Furtado | Dublinense |
| 2012 | <i>Antes do passado</i> | Liniane Haag Brum | Arquipélago Editorial |
| | <i>Estivelá fora</i> | Ronaldo Correia de Brito | Objetiva |
| | <i>Mar Azul</i> | Paloma Vidal | Rocco |

⁴Por necessidade de delimitação e de capacidade de leitura crítica, ficaram de fora desta catalogação as histórias em quadrinhos, como a série *Ditadura no ar* (2011), de Raphael Fernandes e Abel, *A dama do Martinelli* (2012), de Jefferson Costa e Marcela Godoy e *Notas de um tempo silenciado* (2015), de Robson Vilalba. Também foram deixados para outras pesquisas livros infantis e infanto-juvenis como *Lua de vinil* (2016), de Oscar Pilagallo e *Clarice* (2018), de Roger Mello. *Em nome dos pais* (2017), de Matheus Leitão, e *Cova 312*, de Daniel Arbex, que se apresentam em formato de reportagens longas, também foram excluídos. Optou-se ainda por não abordar obras em que a ditadura é mencionada apenas como pano de fundo, ou seja, sem que a temática figure como questão importante ou que deixe lastro na construção da forma, da temática ou ainda do percurso de algum personagem principal, como em: *Dois irmãos* (2000), de Milton Hatoum; *Antonio* (2007), de Beatriz Bracher; *Se eu fechar os olhos agora* (2009), de Edney Silvestre; *Passageiro do fim do dia* (2015), de Rubens Figueiredo; *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, *Leite derramado* (2009), de Chico Buarque, dentre tantos outros. Não há dúvidas de que, embora o presente levantamento seja abrangente, certamente não são poucas as obras que escapam a ele.

| | | | |
|-------------|---|------------------------|--------------------------|
| | <i>O casarão da rua do Rosário</i> | Menalton Braff | Bertrand Brasil |
| 2013 | <i>Imaculada</i> | Denise Assis | Topbooks |
| | <i>O drible</i> | Sérgio Rodrigues | Companhia das Letras |
| | <i>Vidas provisórias</i> | Edney Silvestre | Intrínseca |
| 2014 | <i>A menina que desenhava com amoras</i> | Elinete Miller | Thesaurus |
| | <i>A única voz</i> | Wilson Freire | Mariposa Cartonera |
| | <i>Damas da noite</i> | Edgard Telles Ribeiro | Record |
| | <i>O inventário das coisas ausentes</i> | Carola Saavedra | Companhia das Letras |
| | <i>O irmão alemão</i> | Chico Buarque | Companhia das Letras |
| | <i>Qualquer maneira de amar</i> | Marcus Veras | Ponteio |
| | <i>Quarenta dias</i> | Maria Valéria Rezende | Objetiva |
| | <i>Tempos extremos</i> | Miriam Leitão | Intrínseca |
| 2015 | <i>A resistência</i> | Julián Fuks | Companhia das Letras |
| | <i>Ainda estou aqui</i> | Marcelo Rubens Paiva | Objetiva |
| | <i>Palavras Cruzadas</i> | Guiomar de Grammont | Rocco |
| | <i>Mulheres que mordem</i> | Beatriz Leal | Ímã |
| | <i>O homem e o seu tempo</i> | Yuri Pires | Chiado Editora |
| | <i>Olho de boto</i> | Salomão Larêdo | Empíreo |
| | <i>Terno de Reis</i> | Daniel Brazil | Penalux |
| | <i>Volto semana que vem</i> | Maria Pilla | CosacNaify |
| 2016 | <i>Aqui, no coração do inferno</i> | Micheline Verunschik | Patuá |
| | <i>Cabo de guerra</i> | Ivone Benedetti | Boitempo |
| | <i>De mim já nem se lembra</i> | Luiz Ruffato | Companhia das Letras |
| | <i>Depois da Rua. Tutoia</i> | Eduardo Reina | 11 Editora |
| | <i>Nuvem negra</i> | Eliana Cardoso | Companhia das Letras |
| | <i>O amor dos homens avulsos</i> | Victor Heringer | Companhia das Letras |
| | <i>Outros cantos</i> | Maria Valéria Rezende | Alfaguara |
| | <i>Osvitantes</i> | Bernardo Kucinski | Companhia das Letras |
| | <i>Rio-Paris-Rio</i> | Luciana Hidalgo | Rocco |
| 2017 | <i>A mais longa duração da juventude</i> | Urariano Mota | LiteraRUA |
| | <i>A noite da espera</i> | Milton Hatoum | Companhia das Letras |
| | <i>Dois</i> | Oscar Fussato Nakasato | Alaúde Editorial |
| | <i>Noite dentro da noite: uma autobiografia</i> | JocaReiners Terron | Companhia das Letras |
| | <i>Pai, pai</i> | João Silvério Trevisan | Alfaguara |
| | <i>O ano em que conheci meus pais</i> | Toni Moraes | Monomito |
| | <i>O indizível sentido do amor</i> | Rosângela Vieira Rocha | Patuá |
| | <i>O peso do coração de um homem</i> | Micheline Verunschik | Patuá |
| | <i>Silêncio na cidade</i> | Roberto Seabra | Camará |
| | <i>Viandante: labirintos entressonhos</i> | Sonia Regina Bischain | Ciclo Contínuo Editorial |

| | | | |
|-------------|--|--------------------------|----------------------|
| 2018 | <i>Correio do fim do mundo</i> | Tomás Chiaverini | Solo |
| | <i>Nunca houve um castelo</i> | Martha Batalha | Companhia das Letras |
| | <i>O amor, esse obstáculo</i> | Micheline Verunschik | Patuá |
| | <i>O segredo da boneca russa</i> | Celma Prata | Editora Sete |
| | <i>Outono</i> | Lucília Garcez | Outubro Edições |
| | <i>Sob os pés, meu corpo inteiro</i> | Márcia Tiburi | Record |
| | <i>Tupinilândia</i> | Samir Machado de Machado | Todavia |
| | <i>Uma mulher transparente</i> | Edgard Telles Ribeiro | Todavia |
| | <i>Vestígios</i> | Sandra Abrano | Bandeirola |
| 2019 | <i>Ao sul da fronteira</i> | Rogério Brasil Ferrari | BesouroBox |
| | <i>Pontos de fuga</i> | Milton Hatoum | Companhia das Letras |
| | <i>O corpo interminável</i> | Claudia Lage | Record |
| | <i>O último dia da inocência</i> | Edney Silvestre | Record |
| | <i>Setenta</i> | Henrique Schneider | Não Editora |
| | <i>Que fim levaram as flores</i> | Otto Leopoldo Winck | Kotter Editorial |
| 2020 | <i>Júlia</i> | Bernardo Kucinski | Alameda |
| | <i>Há um débito em seu nome</i> | Maurício Correa | Ramalhete |
| | <i>Maria Altamira</i> | Maria José Silveira | Editora Instante |
| | <i>Meu corpo ainda quente</i> | Sheyla Smanioto | Nós |
| | <i>No fundo do oceano, os animais invisíveis</i> | Anita Deak | Reformatório |
| | <i>Pré-história</i> | Paloma Vidal | 7 Letras |
| | <i>Tocaia do norte</i> | Sandra Godinho | Penalux |

Se observarmos o todo, a forma de aproximação à temática é bastante distinta: alguns livros inserem a ditadura como contexto histórico da narrativa que modifica a trajetória de apenas um personagem; outros colocam-na como uma herança espectral que permeia a narração e/ou a vivência de personagens específicos; em outros, a temática não é imediatamente importante, até que, aos poucos, torna-se; há ainda aqueles em que a ditadura assume um papel importante para os destinos de personagens específicos; e outros em que a ditadura é central tanto para a forma e quanto no tema.

Em *Quarenta dias* (2014), por exemplo, de Maria Valéria Rezende, Alice, uma senhora, muda-se para Porto Alegre obrigada pela filha. Na tentativa de adaptação à nova cidade, perambula na busca de um jovem desaparecido que vai ao sul a procura de trabalho. Diante da busca, descobrimos que a personagem teve seu marido, Aldenor, desaparecido durante a ditadura. É também no processo de habitar a cidade que Alice encontra outros ex-guerrilheiros das ditaduras do Cone Sul. O que parece ser o pano de fundo apenas da ditadura é parte espectral da vivência da narradora que faz da busca de

um desaparecido uma espécie de obsessão. Já *K.: relato de uma busca* (2014) tornou-se o exemplo já praticamente canônico da relação entre literatura, história e ditadura e trata de uma ampla leitura sobre o período. O livro conta a história do pai K., um velho judeu, na busca incansável por sua filha A., desaparecida em 1974, junto de seu marido. A sua busca se estrutura como um fio condutor para a inserção de outras histórias e de outras vozes narrativas a partir das quais se apreende um país de vivências sociais e pessoais brutalmente marcadas pelo autoritarismo e pela violência.

São também livros muito diversos entre si: neles aparecem formas literárias como a autoficção, o romance autobiográfico, a distopia – um gênero em crescimento –, o romance de formação, a literatura de testemunho, o romance histórico, o romance epistolar, o romance policial, formas ensaísticas, entre outros. Eles unem a matéria histórica, a partir da qual, em parte, se originam, com o aprimoramento formal e estético, sobre o qual se constituem. As linguagens, ainda que diversas, não se opõem; ao contrário, complementam-se. Assim, é na mistura de formas e na falta de fronteiras que reside sua força ética e estética. As temáticas também são muito diversas e complementares entre si: tortura, desaparecimento, utopia, estratégias de resistência, discurso historiográfico, violência de gênero, perspectivas de classe, raça, gênero e de sexualidade, memória, espacialidade, relações internacionais das e entre ditaduras, exílio, diálogos intertextuais, culpa, luto, confronto com a justiça, entre tantos outros.

Sem pretender aproximar-se da totalidade desta produção, o objetivo deste artigo é, portanto, além de introduzir o leitor a essa produção e catalogação de tais obras, pensar e debater o contexto de produção e de circulação desses textos, ou seja, a sua relação com aspectos da ordem social, histórica e política. Por fim, tomaremos a obra de Bernardo Kucinski como um exemplo paradigmático dos processos de memória e das relações temporais dessas obras.

Literatura no seu tempo

Se é verdade que a produção sobre a temática sempre existiu – mesmo durante a ditadura⁵ –, depois da redemocratização ela permaneceu relativamente limitada,

⁵ Alguns dos romances sobre o assunto produzidos no século passado são: *A hora dos ruminantes* (1966), de José J. Veiga; *Quarup* (1967), de Antônio Callado, *Pessach, a travessia* (1967), de Carlos Heitor Cony; *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo, *Bar Don Juan* (1971), de Antonio Callado, *Sombra dos reis barbudos* (1972), de José J. Veiga; *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, *Zero* (1975), de Ignácio Loyola Brandão; *Os que bebem como cães* (1975), de Francisco de Assis Almeida Brasil; *A festa*

especialmente se comparada ao que foi feito nos países vizinhos, Argentina e Chile, no mesmo período. Em 2010, por exemplo, Ricardo Lísias (2010) critica a produção da ficção em prosa no Brasil, acusando-a de ser conservadora e aliada às elites poderosas, bem como ao esquecimento acerca da ditadura militar brasileira, de modo que, 45 anos depois, o país não teria nenhum texto de peso que discutisse a temática. Ainda que escritores e críticos tenham produzido textos importantes durante e após o golpe militar, a perspectiva de Lísias (2010) se situava historicamente em um contexto amplo e sistemático de silenciamento, também reforçado pelas produções artísticas, especialmente se comparadas ao contexto da Argentina.

No caso do Brasil, houve muitos impedimentos para essa produção: uma transição arranjada e estabelecida pelas elites, sem ruptura; uma normalização dos processos de violência, legados e perpetuados por uma tradição colonial; a falta de julgamentos; uma política problemática com relação aos direitos humanos e à memória, entre outros. Como afirma Tania Pellegrini, “os textos literários não são apenas um reflexo do momento histórico e de suas injunções, mas, em uma última instância, o resultado de seu condicionamento” (PELLEGRINI, 1996, p. 11). O cenário descrito por Lísias (2010) começou a mudar, pelo que demonstra esta pesquisa, pouco tempo depois da sua crítica, na literatura e nas artes em geral. Cabe perguntar, então, por que exatamente nesse momento? O que mobilizou/mobiliza os autores à escrita? Como o cenário brasileiro mudou?

O gráfico produzido a partir da catalogação de narrativas que contemplam o recorte estabelecido acima torna evidente o fenômeno de crescimento da produção, principalmente a partir de 2014, quando foi publicada aproximadamente quase 70% da

(1976), de Ivan Ângelo; *Reflexos do baile* (1976), de Antonio Callado; *É tarde para saber* (1977), de Josué Guimarães; *Em câmara lenta* (1977), Renato Tapajós; *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis; *Tirando o capuz* (1981), de Alvaro Caldas; *Sempre viva* (1981), de Antonio Callado; *Não verás país nenhum* (1981), de Ignacio Loyola de Brandão; *Em liberdade* (1981), de Silviano Santiago; *O amor de Pedro por João* (1982), de Tabajara Ruas; *Feliz ano velho* (1982), de Marcelo Rubens Paiva; *Passagem para o próximo sonho* (1982), de Herbert Daniel; *A voz submersa* (1984), de Salim Miguel; *Meu corpo daria um romance* (1984), de Hebert Daniel; *Stella Manhattan* (1985), Silviano Santiago; *O torturador em romaria* (1986), de Heloneida Studart; *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado; *Retrato calado* (1988), de Luiz Roberto Salinas Fortes; *Onde andarás Dulce Veiga?* (1990), de Caio Fernando Abreu; *Primeiro de abril* (1994), de Salim Miguel; *Não és tu, Brasil* (1996), de Marcelo Rubens Paiva; *Pedaço de santo* (1997), de Godofredo de Oliveira Neto; *Memórias do esquecimento* (1999), de Flávio Tavares; e *Romance sem palavras* (1999), de Carlos Heitor Cony. Como na lista anterior, esta foi constituída a partir da coleta de dados de outras listas, de indicações e de livros teóricos que tratam sobre os assuntos. Foram particularmente de grande ajuda os trabalhos de recolha anteriores, feitos pelas professoras Regina Dalcastagné (página pessoal) e Euridice Figueiredo (2017).

quantidade total das narrativas, ou seja, 57 obras apenas nos últimos seis anos. Entender o contexto em que aparecem essas obras ao longo do tempo conduz a uma série de questões. Como defende Michel Foucault, em *A verdade e as formas jurídicas*, “as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade” (FOUCAULT, [1973]2002, p. 27). Há, portanto, relações entre o que se produz, como se produz e as condições através das quais essa produção é possível, como venho destacando. Similarmente, a literatura é constitutiva dos processos sociais e constituída por eles.

GRÁFICO DAS NARRATIVAS LITERÁRIAS LONGAS POR ANO DE PUBLICAÇÃO



Fonte: produção nossa. Dados de novembro de 2021.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a temporalidade própria do trauma, ou seja, a relação entre escrita e narração *atrasada*, o *après-coup*, diante da elaboração do trauma. De acordo com Cathy Caruth (2000), a partir da chave freudiana de leitura, o trauma seria a resposta a um evento violento inesperado que não foi compreendido no momento em que aconteceu e que retorna, posteriormente, na forma de fenômenos repetitivos. A possibilidade de elaboração do trauma se dá no tempo *depois*. Bernardo Kucinski, por exemplo, autor de *K.: relato de uma busca* ([2011]2014), relata em

entrevista sentir um “bloqueio psicológico” que o impedia de contar o desaparecimento da irmã durante a ditadura, o que só pôde acontecer depois de 40 anos⁶. Menalton Braff, em uma participação em uma mesa no evento da ABRALIC⁷, também conta da dificuldade da escrita: não conseguia sair da primeira página, de modo que *germinou* o primeiro romance, *Na teia do sol* (2004), durante mais de trinta anos, até finalmente publicá-lo. É igualmente o caso de Maria José Silveira, autora do romance *O fantasma de Luís Buñuel* (2004). A autora relata que a possibilidade de escrita sobre o período aconteceu apenas trinta anos depois, quando se dedicou à temática em uma produção literária profícua⁸.

O trauma individual e o trauma nacional coletivo são estruturantes dos processos políticos, jurídicos e sociais brasileiros e têm sido há muito tempo recalcados na sociedade brasileira como um todo. Se alguns sobreviventes demoraram décadas para poder contar, hoje sentem a necessidade de fazê-lo, de produzir literariamente.

Além da dimensão temporal própria dos sobreviventes do trauma, muitos dos livros são escritos em uma segunda temporalidade, a escrita transgeracional: são os filhos da geração de 60 e 70, *herdeiros* do trauma, que agora atingiram a idade adulta e passam a produzir e escrever literatura sobre a experiência da herança, a partir de outro tempo de enunciação. A geração dos filhos retoma a palavra sobre o passado e as origens familiares, reabre o que é aparentemente (des)conhecido e que aos poucos atesta a fragilidade da memória com o que resta. O deslocamento temporal se constitui diante do questionamento ético do contar diante de uma pretensa “verdade” relacionada ao real traumático, quando se narra algo que não lhe pertence. É o caso de autores como Julián Fuks, Tatiana Salem Levy, Paloma Vidal, entre outros. Há também, de outra parte, autores que recriam ficcionalmente a experiência da segunda geração, como *Azul-corvo* (2010), de Adriana Lisboa; *Mulheres que mordem* (2015), de Beatriz Leal, ou *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage, entre outros. Do total dos livros apresentados na catalogação, cabe mencionar o fato de que grande parte dos autores tinha entre 40 e 70

⁶Entrevista [Bernardo Kucinski]. Disponível em: <https://suplementopernambuco.com.br/entrevistas/1671-entrevista-bernardo-kucinski.html>. Acesso em: jan. 2021

⁷ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=RgsKOTrdzGw&ab_channel=Associa%C3%A7%C3%A3oBrasileiradeLiteraturaComparada. Acesso em: jan. 2021.

⁸ As informações sobre os processos de escrita de Maria José Silveira foram coletadas durante o evento III Jornada de Crítica Literária, Literatura e Ditaduras, realizado em junho de 2018, na Universidade de Brasília.

anos à época da publicação das obras, mas 45% nasceram entre 1960 e 1970, ou seja, foram crianças, adolescentes ou jovens durante o período das ditaduras.

Conforme o que já se apresentou, os processos de ordem social, histórica, cultural e política interferem na produção material da arte. Os momentos históricos, políticos, econômicos e culturais do Brasil, nos últimos anos, aos quais me referi logo acima, foram e são centrais no florescimento de tais narrativas. Em *Reckoning with Pinochet*(2010), Stern debate o contexto da memória no Chile pós-Pinochet e defende que os processos de memória passam por impasses que dependem de certas situações chave que chama de “nós de memória”, os quais são modificados pelas forças políticas, culturais e sociais. Em diálogo com o conceito de “cascata de justiça” de Kathryn Sikkink (2011) – que descreve como os julgamentos, a partir do fim do século XX, que tratam de violações de direitos humanos interagem entre si e se alimentam uns a partir dos outros –, Rebecca Atencio (2014) também argumenta que os ciclos de memória cultural no Brasil passam por artefatos culturais, os quais são relacionados aos e lançados com mecanismos institucionais. Como Stern (2010), defende que artefatos culturais podem incorporar e fortalecer os momentos de debate institucional e de justiça e serem incorporados e fortalecidos por eles. Ao fim do seu livro, publicado logo após a entrega do relatório final da CNV, a autora questiona como a produção artística e cultural se adaptará e se modificará diante de um cenário pós-comissão da verdade.

Tomando como exemplo o aumento da produção dessa área no contexto peruano pós-comissão apresentado por Cynthia Milton (2014), a pesquisadora é otimista ao defender que os trabalhos da CNV devem florescer nesse campo. Essa é, quem sabe, uma das principais explicações para o aumento da produção depois de 2014: o papel da CNV (e suas comissões independentes) em reabrir o debate na sociedade brasileira como um todo. Não por acaso, mais de 50% das narrativas – principalmente aquelas publicadas pós-CNV – inserem, de alguma forma, a temática da recuperação de arquivos, muitos, inclusive, citando os trabalhos das diversas comissões institucionais, como a própria CNV, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão da Anistia. Não menos importante é o fator de inclusão dos arquivos produzidos nessas comissões institucionais nos próprios textos literários: inserem fotos, trechos de textos de jornal, inscrições no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), depoimentos, entrevistas de jornal, comentários realizados na internet, trechos de processos tramitados na Justiça, entre outros. Um dos exemplos nesse sentido trata da *Trilogia infernal*, de Micheliny

Verunschik, composta pelos livros: *Aqui, no coração do inferno* (2016), *O peso do coração do homem* (2017), e *O amor, esse obstáculo*, em que uma das personagens principais, Laura, uma jovem que perdeu a mãe, descobre ser filha de um ex-torturador da ditadura e atual xerife de polícia, a partir dos trabalhos da CNV. Em um processo que oscila entre uma busca pessoal, familiar, mas também coletiva e institucional, propiciada pelos trabalhos da Comissão, a personagem precisa lidar com os efeitos e consequências do espólio violento deixado pelo pai.

Ainda durante os trabalhos da CNV, em 2013, diante de aumentos nos preços de transportes públicos, além de processos de remoção de pessoas durante a preparação para os megaeventos das Olimpíadas e da Copa do Mundo de Futebol, o país foi inundado por manifestações populares e por um processo de conscientização política, conhecidos como as *Jornadas de junho*, e que foram intensamente reprimidas pelas forças policiais. O processo marca a política nacional e se desenvolve de forma conflituosa chegando ao surgimento de pedidos de intervenção militar. A figura do desaparecido também retorna aos imaginários com o caso notório de Amarildo⁹. É nesse contexto de pedidos de volta da ditadura e de novos desaparecimentos que Marcelo Rubens Paiva afirma, por exemplo, querer retomar em *Ainda estou aqui* (2015) o debate sobre ditadura e desaparecimento, questões discutidas também em obras anteriores, como *Não és tu, Brasil* (1996), e *Feliz ano velho* (1982)¹⁰. No romance contemporâneo, portanto, retoma a história do pai, o deputado desaparecido Rubens Paiva, agora em diálogo com a história da mãe e com a sua busca por justiça, durante tantos anos, acompanhando os processos de reparação no Brasil, a exemplo da Lei dos Desaparecidos, da Comissão da Anistia, e da própria CNV.

Ainda em 2014 há uma importante efeméride: o cinquentenário do golpe, ocasião que propiciou um debate amplo sobre o assunto. Nesse sentido, Fernando Perlatto (2017), busca apresentar as produções literárias ficcionais que, lançadas depois do cinquentenário, contribuem para criar imaginários sobre a ditadura brasileira no presente.

Não menos importante foi o contexto da política representativa brasileira: em primeiro lugar, o *impeachment* de 2016, quando se estrutura um questionamento amplo

⁹ Amarildo é um dos símbolos do desaparecimento por parte do Estado brasileiro na contemporaneidade. Em julho de 2013, o pedreiro foi levado por policiais militares para ser interrogado na sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. Depois da “averiguação”, Amarildo sumiu e nunca mais retornou. Seu corpo ainda não foi encontrado.

¹⁰ Em *'Ainda estou aqui'*, Marcelo Rubens Paiva expõe delicado acerto de contas com a mãe. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-ainda-estou-aqui-marcelo-rubens-paiva-expoe-delicado-acerto-de-contas-com-mae-17098466>. Acesso em: jan. 2021.

acerca da fragilidade da nossa democracia. Henrique Schneider, por exemplo, autor de *Setenta* (2019), define o processo e os pedidos de volta da ditadura militar como um dos catalisadores da sua escrita¹¹. A obra recém-lançada insere a questão da tortura já nos paratextos: na capa figura, no meio da bandeira do Brasil – e da própria ideia de país, quem sabe – um homem pendura na posição de tortura reconhecida como “pau de arara”, a qual é acompanhada pela epígrafe: “não há tortura no Brasil”, frase de Alfredo Buzaid, ministro da Justiça da época. Em uma vida em que o autoritarismo passa despercebido, um bancário exemplar, Raul, precisa, diante da prisão e tortura arbitrárias, questionar o estatuto da ditadura e da privação de direitos.

Além disso, há outros processos de memória em disputa, passados violentos que atravessaram a história brasileira e mundial. Aqui, carregamos o passado da colonização, da escravização e os seus efeitos continuados no decorrer do tempo: o etnocídio da população indígena, o genocídio e o encarceramento em massa de negros e negras, o ecocídio programado, a violência de gênero, o assassinato de e a perseguição a pessoas LGBTQIAP+ e assim por diante. A literatura relaciona então essas temáticas e temporalidades. Trata de mostrar que a violência não é apenas física, mas também simbólica: enquanto querem negar e/ou apagar essas vivências, alguns dos textos as recuperam.

O debate acerca destes apagamentos tem estado cada vez mais em voga: lembre-se de autores desconhecidos, histórias negadas, recusa-se os antigos “heróis”. Um dado que salta aos olhos nessa pesquisa é a informação de que, diferente da pesquisa realizada por Dalcastagnè em 2012, sobre a produção contemporânea mais ampla em que 72,7% eram homens, as mulheres assinam quase a metade das autorias das narrativas longas publicadas no século XXI, no Brasil, sobre a ditadura militar¹². Vê-se uma mudança significativa e não descolada dos movimentos de mulheres e de feminismos que se espalham pelo Brasil nas diversas áreas do conhecimento, bem como da crítica

¹¹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2019/05/escritor-henrique-schneider-aborda-tortura-em-novo-romance-cjvcos4lo01bq01mawu7krk6i.html>. Acesso em: jun. 2021.

¹² No que tange a relação com a ditadura e o testemunho, esse também é um dado bastante distinto do apresentado por Vargas (2018), inclusive no que se refere à distribuição de gênero nas publicações testemunhais sobre a ditadura: 82,4% foram escritos por homens e 17,6% por mulheres. É o que também reporta Maria Lygia Quartim de Moraes (2013), quando afirma que os livros escritos por mulheres, ainda que tenham participado da luta armada e da resistência à ditadura, são muito escassos. Ainda assim: mesmo que as autoras mulheres sejam metade do total do conjunto dos livros analisados na lista apresentada, ainda é masculina a maior parte dos personagens e, se observamos os personagens principais, há pelo menos 20% a mais de protagonistas masculinos do que femininos.

estabelecida anteriormente por parte de mulheres, principalmente, da sua exclusão do mercado editorial.

Além disso, seria de se pensar, portanto, de que maneira esse aumento da produção relacionada à temática da ditadura e à sua relação com outras violências, como é o caso de algumas narrativas, a exemplo do romance de Sonia Bischain, *Nem tudo é silêncio* (2010), ou *Tupinilândia* (2018), também se dá como resposta direta às ameaças de retorno do discurso autoritário. O último também situa o contexto atual de negacionismo¹³ amplo e irrestrito, ou seja, não necessariamente a negação dos fatos, mas de justificativas que legitimam a violência de Estado, conforme define Bauer (2017), e pode também explicar o florescimento de narrativas. Não por acaso, as artes e a cultura têm sido perseguidas, atacadas e censuradas no Brasil contemporâneo e têm recebido particular atenção de Jair Bolsonaro. A guerra às artes e à cultura se tornou atividade central do governo e o apoio a materiais negacionistas vem sendo, aos poucos, institucionalizado.

Outro fator de crescimento pode estar relacionado aos processos editoriais e ao aumento geral das publicações de literatura contemporânea e de editoras, muitas independentes, especialmente se comparado ao fim do século XX, assim como da produção de literatura como um todo. Enquanto mais de 40% dos livros foram publicados por alguma das grandes editoras, como Grupo Companhia das Letras (inclui Cia. Das Letras, editora Objetiva e Alfaguara, depois da fusão); Record ou Rocco, o restante (60%) se dividiu em mais de quarenta editoras diferentes. Além disso, no que tange ao mercado editorial, pode-se atribuir, como um auxílio no processo de crescimento de publicação de narrativas, políticas implementadas durante os últimos anos, especialmente durante os governos Lula e Dilma, de iniciativas e editais de incentivo à cultura, como a Bolsa Funarte de Criação Literária, o Programa Petrobras Cultural, as iniciativas culturais de Secretarias de Cultura, entre outros, que privilegiaram produções artísticas, algumas delas, inclusive, voltadas diretamente à produção sobre a ditadura. Nos dados apontados, pelo menos 20% dos livros tiveram algum tipo de incentivo, público ou privado.

É importante mencionar, além disso, o comprometimento de autores brasileiros em debater a ditadura. Parece haver uma tentativa de criar um amplo campo da produção literária sobre o assunto, como é o caso de autores que, nos últimos anos, debatem a

¹³ Sobre a diferença entre os conceitos de *revisionismo* e *negacionismo*, cf. *Como será o passado* (2017), de Caroline Bauer, ou o podcast *Negacionismo e pós-verdade: impactos sociais e enfrentamentos*, disponível em: <https://www.humanasrede.com/podcast>. Acesso em: jan. 2021.

temática em mais de uma obra, ainda que não necessariamente com o mesmo peso, expressando a necessidade de denúncia de um projeto repressor e autoritário de país, que permanece e, por vezes, se agrava, tantos anos depois. São exemplos: Milton Hatoum, Edgard Telles Ribeiro, Maria Valéria Rezende, Bernardo Kucinski, Carlos Heitor Cony, Edney Silvestre, Marcelo Rubens Paiva, Maria José Silveira, Menalton Braff, Paloma Vidal, Tatiana Salem Levy, Sonia Regina Bischain, Chico Buarque, Urariano Mota, Beatriz Bracher e Ronaldo Correia de Brito.

As temporalidades da memória na obra de Bernardo Kucinski

Como exemplo paradigmático das relações entre processos de história, memória e justiça com o contexto de aparecimento e de florescimento da literatura, podemos tomar a obra de Bernardo Kucinski, *K.: relato de uma busca*, citado acima. O livro, escrito em 2010 e publicado pela Expressão Popular, uma editora pequena e de esquerda, em 2011, encena um cenário anterior à CNV. Numa espécie de “moldura” à história de K., pai judeu em busca da filha, e de outros personagens, temos assinado e datados o primeiro “As cartas à destinatária inexistente” e último capítulo (“*Post scriptum*”) do romance, em 2010, numa narração que parte da figura do autor. Ali, o autor faz questão de recuperar o que seria o “mal de Alzheimer nacional”, um contexto de falta de resolução de casos de desaparecimento, tortura e morte, e de enfretamento da sociedade e da justiça brasileira que persiste no tempo presente, ou seja, um país em que ainda se desconhecia o destino trágico de A. e de tantos outros mortos e desaparecidos.

As políticas do esquecimento ou da negação das memórias acirravam, ainda, um processo chamado de “privatização das memórias no Brasil”, em que os familiares eram os únicos que levavam à cabo a cobrança por justiça e reparação. A escrita, como se lê nesses capítulos, aparece como uma forma de luto, uma possibilidade de resposta. Essas justiça e memória que nunca chegam, mesmo quarenta anos depois, são centrais nesses relatos. O romance, entretanto, recebe uma acolhida ainda maior do público e da crítica, em 2014, quando publicado por uma editora maior, na época, a Cosac Naify, já depois da CNV, quando, podemos dizer, havia um ambiente mais propício para o acolhimento do leitor e do campo literário, aberto a memórias do período, em um país que reabria também os debates sobre o tema nacionalmente. O livro, inclusive, se torna um dos poucos (se não o único) objeto literário sobre o qual a CNV se debruça, como arquivo e documento histórico.

O autor segue atento ao tema da ditadura nos lançamentos seguintes, *Alice: não mais que de repente* (2014a), um romance que debate a morte de uma professora na Universidade de São Paulo, logo depois da ditadura. O processo do romance se dá na investigação pelo que teria acontecido com a professora. Se a ditadura não é central no romance, atravessa personagens e vivências de personagens e na forma de acesso ao tema. Já *Você vai voltar para mim e outros contos* (2014c), publicado logo depois, trata de um livro de contos que se aproxima de distintas maneiras com a temática.

Há uma mudança significativa no momento posterior, entretanto. Quando escreve *K. – relato de uma busca* em 2011, o autor ainda não sabia do destino da irmã desaparecida, sobre o qual decide trabalhar imaginativa e ficcionalmente: no romance, ela teria carregado cianureto para proteção, no caso de ser presa. É apenas durante os trabalhos da CNV e a partir dos depoimentos de Cláudio Guerra que o autor conhece mais informações sobre a morte da irmã desaparecida. O momento de descoberta do destino da mãe ganha conotação literária no livro seguinte, *Os visitantes* (2016), em que discute a recepção do livro anterior, constituindo quase um epílogo a *K.*. A aporia entre a necessidade e a dificuldade da narração figura de forma central no último capítulo intitulado *Post mortem*, em que Kucinski, avisado sobre a entrevista de um agente da repressão que aconteceria na televisão, descobre o destino da irmã. O narrador anuncia de forma trágica: “[o] que ouvimos nos abateu. Fui tomado por um sentimento indizível, algo parecido a uma mágoa profunda, mas mais do que isso. Não me senti capaz de escrever com minhas próprias mãos o que ouvi. Recorri a uma transcrição da entrevista, que aí está na íntegra” (KUCINSKI, 2016, p. 77). Quando posto diante de informações novas, a partir do presente, e da brutalidade do destino da irmã, Kucinski percebe na língua a sua insuficiência: não pode colocar em palavras o que ouviu e decide recorrer a uma transcrição. Não pode tampouco imaginar outro fim. Na posição de irmão de uma mulher torturada, assassinada e desaparecida, *como* poderia dizer? O caso também explicita como as diferentes temporalidades da política, da (in)justiça, do trauma e da literatura se relacionam, se misturam e se contrapõem.

Não menos importante são as produções mais recentes. *Nova ordem* (2019), por exemplo, foi um romance escrito durante as eleições que definiram Jair Bolsonaro como presidente, em que o autor se debruça, em uma distopia, sobre uma “nova ordem”, uma forma de Estado fascista que tomaria conta do Brasil, destruindo todo pensamento crítico, e as estruturas de Estado, e matando e perseguindo todos aqueles que se opunham. Além

de trazer o autoritarismo sob um novo viés, o gênero escolhe em muito dialoga com essa produção recente, relacionada a teores distópicos de todo tipo e profundamente conectada com o momento atual do Brasil. Ou, também *Júlia: nos campos conflagrados do senhor*(2020), em que também retoma uma história sobre a segunda geração, aproximando-se de uma produção contemporânea vasta sobre o tema, mas atentando especialmente para o roubo de bebês durante a ditadura no Brasil¹⁴.

Entre os outros textos aqui recuperados, a obra de Bernardo Kucinski nos mostra como não existe, portanto, uma versão completa ou final da ditadura. A história é contada sempre a partir do presente e de sua relação com o presente. Ainda se faz e se fará. Com a passagem do tempo e a partir dos deslocamentos de perspectivas decorrentes, se constroem histórias da ditadura independentes e/ou relacionadas com o momento histórico em que aparecem. Não há uma versão final, nem na literatura, nem na justiça, nem na história. Os processos de memória coletiva passam, então, por condições materiais, políticas e sociais que condicionam a forma como são recuperados, passam ainda por seleções, do que se conta, de como se conta, a quem se conta, na medida em que se colocam disponíveis para tal. Perpassam impedimentos e exclusões, sejam necessários e/ou comandados, como define Ricoeur (2007), e, por fim, passam por reconstruções que são atravessadas por todas as anteriores.

Referências

- ATENCIO, Rebecca J. *Memory's turn: reckoning with dictatorship in Brazil*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2014.
- BAUER, Caroline. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho; Jose Carlos Martins Barbosa. 5. ed. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.
- _____. *Passagens*. Tradução Irene Aron. 2.reimpr ed. Belo Horizonte: Ed. de la Univ. Federal de Minas Gerais, 2009.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo (SP): WMF M. Fontes, 2010.
- BRAFF, Menalton. *Na teia do sol: romance*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

¹⁴ Outros romances tematizam filhos adotados e/ou roubados, durante a ditadura: *Mulheres que mordem* (2015), de Beatriz Leal, *Palavras cruzadas* (2015), de Guiomar de Grammont, *Depois da Rua Tutoia* (2016), de Eduardo Reina. Eduardo Reina também publicou um livro reportagem sobre a temática: *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil* (2019).

- CARUTH, Cathy. Modalidade do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000. .
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores : Social Science Research Council, 2002. (Colección Memorias de la represión, 1).
- KUCINSKI, Bernardo. *Alice: não mais que de repente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014a.
- _____. *K: relato de uma busca*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2014b.
- _____. *Você vai voltar pra mim: e outros contos*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014c.
- _____. *Os visitantes: novela*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016.
- _____. *A nova ordem*. São Paulo: Espaço Alameda, 2019.
- _____. *Júlia*. Jundiaí, SP: Espaço Alameda, 2020.
- LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, p. 319–328, 2010.
- LUDMER, Josefina. *Aqui América latina: uma especulação*. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. (Humanitas).
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, v. 28, p. 178–201, 2002.
- MILTON, Cynthia E. (Org.). *Art from a fractured past: memory and truth-telling in post-Shining Path Peru*. Durham: Duke University Press, 2014.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. Campinas, SP, Brasil : São Carlos, SP, Brasil: Mercado de Letras ; Editora da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Revista Estudos Históricos*, v. 30, n. 62, p. 721–740, 2017.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROUSSEAU, Fabiana; SEGADO, Stella (Org.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria: diálogo interdisciplinario abierto*. Temperley: Tren en movimiento, 2018.
- SARACENI, Gina. *Escribir hacia atrás: herencia, lengua, memoria*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2008.
- SCHNEIDER, Henrique. *Setenta*. Porto Alegre: Não Editora, 2019.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, MÁRCIO; NESTROVSKI, ARTHUR ROSENBLAT (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. .
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, n. 1, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, MÁRCIO; HARDMAN, FRANCISCO FOOT; GINZBURG, JAIME. *Escritas da violência. Vol. II*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- SIKKINK, Kathryn. *The justice cascade: how human rights prosecutions are changing world politics*. New York: W.W. Norton & Co, 2011.

STERN, Steve J. *Reckoning with Pinochet: the memory question in democratic Chile, 1989-2006*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43, p. 11–12, jun. 2014.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. *Palavra e Imagem, Memória e escritura*. Chapecó, p. 67–90, 2006.

Artigo recebido em 11 de outubro de 2022. Aprovado em 21 de dezembro de 2022.